ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS EM PESQUISA

COORDENADORES
Patricia Bieging
Raul Inácio Busarello

ISBN 978-85-7221-633-3
2026

Aline Alves Presot
Rodolpho Gauthier Cardoso dos Santos

"E AQUILO ALI FOI A HISTÓRIA DA GENTE...":

MEMÓRIAS DAS DESAPROPRIAÇÕES DE TERRAS PARA CONSTRUÇÃO DA AÇOMINAS (OURO BRANCO-MG, 1976-1986)

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-633-3.9

RESUMO:

Este artigo analisa as múltiplas memórias sobre o processo de desapropriação de terras para a construção da Açominas, estatal siderúrgica implantada em Ouro Branco (MG) a partir de 1976, durante a ditadura militar, que resultou na expropriação de centenas de famílias em mais de cento e trinta quilômetros quadrados. Com base na metodologia da História Oral e em entrevistas realizadas em 2018 e 2019, mobilizam-se os conceitos de memória coletiva (Halbwachs) e de memórias subterrâneas e enquadramento da memória (Pollak) para examinar narrativas em disputa que não formam blocos homogêneos. Entre os atingidos, as lembranças da violência das remoções, da injustiça nas indenizações e do adoecimento decorrente da desterritorialização convivem com o reconhecimento ambivalente das transformações trazidas pela usina. Os silêncios e as recusas enfrentados na pesquisa indicam a permanência das relações de poder que marcaram o processo. Os agentes encarregados da execução das desapropriações testemunham as mesmas cenas, mas lhes atribuem outros significados, racionalizando o papel que desempenharam. Analisa-se, ainda, a atuação ambígua do poder público municipal, percebida de forma divergente pelos moradores. Sugere-se que a expropriação incidiu desigualmente sobre os proprietários e que suas marcas persistem nos corpos dos atingidos e na paisagem de terras ociosas.

Palavras-chave: memórias; desapropriações; história oral; Açominas; Ouro Branco.

ABSTRACT:

This article analyzes the multiple accounts of the land expropriation process for the construction of Açominas, a state-owned steel mill established in Ouro Branco (MG) beginning in 1976, during the military dictatorship, which resulted in the expropriation of hundreds of families across more than 130 square kilometers. Drawing on oral history methodology and interviews conducted in 2018 and 2019, this study employs the concepts of collective memory (Halbwachs) and "underground memories" and the framing of memory (Pollak) to examine competing narratives that do not form homogeneous blocs. Among those affected, memories of the violence of the evictions, the injustice of the compensation, and the illness resulting from displacement coexist with an ambivalent acknowledgment of the transformations brought about by the plant. The silences and refusals encountered in the research indicate the persistence of the power relations that marked the process. The agents responsible for carrying out the expropriations witness the same scenes but attribute different meanings to them, rationalizing the role they played. The ambiguous role of the municipal government, perceived differently by residents, is also analyzed. It is suggested that the expropriation affected property owners unequally and that its scars persist on the bodies of those affected and in the landscape of fallow land.

Keywords: *memories; expropriations; oral history; Açominas; Ouro Branco.*

INTRODUÇÃO

Em meados da década de 1970, os moradores da então pacata Ouro Branco, cidade do estado de Minas Gerais, tiveram seu cotidiano profundamente alterado pela construção da empresa estatal Aço Minas Gerais S.A. (Açominas). De passado colonial, suas estradas, igrejas e os poucos exemplares de seu antigo casario, que guardavam registros do auge da exploração aurífera no século XVIII, testemunhariam um intenso afluxo populacional e transformações socioespaciais ligadas à implantação de uma usina siderúrgica de grande porte.

A cidade havia se emancipado de Ouro Preto no ano de 1953. Contava então com pouco mais de seis mil habitantes que se dedicavam, em sua imensa maioria (80,9%), a atividades agropecuárias, com destaque especial para o cultivo da batata inglesa (Pereira, 1992, p. 66-68). O censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) feito em 1970 dá uma noção de como era a cidade. Segundo o documento (IBGE, 1970, p. 569), 92% dos domicílios usavam fogão a lenha, 4% tinham geladeira, 7% tinham televisão e 6% possuíam automóvel. Pouco mais de 45% da população de cinco anos ou mais nunca havia frequentado a escola, sendo classificada pelo censo como "sem instrução" (IBGE, 1970, p. 274-278). O indicador não é diretamente comparável à taxa nacional de analfabetismo de 1970 (33,7% entre as pessoas de quinze anos ou mais), já que abrange outra faixa etária e outro critério de apuração. No entanto, ambos apontam para um município situado muito abaixo dos já baixos patamares educacionais do país à época. Em toda a cidade, apenas três pessoas declararam ter concluído o ensino superior.

Os planos de implantação de uma usina siderúrgica na região eram antigos e remontavam à década de 1920, ocasião em que se evocou uma suposta vocação de Minas Gerais para sediar

um parque siderúrgico no país. Entretanto, foi somente a partir de 1966 que as perspectivas de execução do projeto começaram a tomar forma. Na década de 1970, na esteira dos planos de desenvolvimento da ditadura militar, que incluíam grandes projetos de infraestrutura com vistas a alavancar o desenvolvimento econômico, com centralidade para o empreendimento estatal, a usina começou a ser implantada efetivamente.

Situada a pouco mais de cem quilômetros da capital estadual, Belo Horizonte, a região foi escolhida, entre outros fatores, pela oferta de infraestrutura de transporte e por sua proximidade das fontes de matéria-prima para a indústria (Açominas, 1985, p. 10-12). Para atender às demandas surgidas com a construção da Açominas, uma "nova cidade" seria erguida, a partir da construção de um núcleo urbano de apoio à empresa. Iniciaram-se, assim, os trabalhos de remoção de grandes "quantidades de terra no local da planta industrial, [a] desapropriação maciça e compulsória de diversas áreas no entorno da planta até a criação da infraestrutura da cidade" (Fonseca, 2001, não paginado).

Este artigo busca refletir sobre as múltiplas memórias dos sujeitos envolvidos no processo de desapropriação de terras para construção da Açominas, em Ouro Branco, entre 1976 (ano do anúncio oficial do empreendimento e do decreto estadual de desapropriação) e 1986, quando, inaugurada a primeira etapa da usina, encerrava-se o ciclo mais intenso das expropriações e das negociações delas decorrentes.

Por meio de entrevistas e com o arcabouço da História Oral, procuramos compreender as transformações ocorridas na cidade com a construção da usina siderúrgica a partir da perspectiva daqueles que sofreram os efeitos da desterritorialização promovida pela empresa. Além disso, investigamos as consequências das expropriações para esses grupos, em suas relações com o espaço,

em seus arranjos socioeconômicos, laços comunitários, sociabilidade e identidades.[1]

Reconstituir esse período da história da cidade a partir das memórias dos sujeitos atingidos pelas desapropriações implica ouvir e compartilhar as memórias de segmentos sociais que estiveram excluídos da memória dita oficial sobre a empresa e a cidade, num esforço de valorização e preservação de outras narrativas da história local.

QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Ao longo das últimas décadas, o processo de construção da Açominas e de seu núcleo urbano foi analisado em diversos trabalhos acadêmicos, a maioria deles focados em aspectos geográficos e urbanísticos. Nesse sentido, podem ser encontrados trabalhos sobre a percepção da nova paisagem industrial pelos moradores (Pereira, 1992), a produção do espaço urbano por meio dos diferentes planejamentos que a cidade teve (Fernandes, 2019), a segregação socioespacial produzida pela expansão da cidade (Vianna, 2018) e os impactos socioespaciais pós-privatização (Fonseca, 2001). No entanto, há, na literatura acadêmica, até o momento, certo silêncio historiográfico a respeito de um dos aspectos mais dramáticos da implantação daquele empreendimento, que está relacionado às histórias de pessoas que perderam suas terras no processo de desapropriação.

1 Foram realizadas treze entrevistas, nos anos de 2018 e 2019, nas cidades de Ouro Branco e Conselheiro Lafaiete. Todas as entrevistas foram gravadas com consentimento escrito dos entrevistados, transcritas e estão preservadas. Das treze entrevistas realizadas, dez são diretamente citadas neste artigo. As entrevistas foram realizadas majoritariamente nas respectivas casas dos depoentes. Além dos pesquisadores, participaram desses momentos os seguintes alunos bolsistas e voluntários: Paloma Cristina Gonzaga de Oliveira, Geazi Oliveira da Fonseca, Maria Raquel Honorata de Oliveira, Sabrina Vieira de Oliveira Martins, Viviane de Cássia Gomes e Flávia Vecchi Ferreira Ribeiro.

Para interpretar esse momento, utilizamos a História Oral como metodologia, compreendida como um "procedimento, um meio, um caminho para a produção do conhecimento histórico", conforme definição de Lucília Neves Delgado (2010, p. 16). Nesse sentido, o tratamento conferido às narrativas e depoimentos coletados seguiu também os princípios evocados por Alessandro Portelli (2016, p. 10), que percebe as fontes orais "como eixo de um outro tipo de trabalho histórico, no qual as questões ligadas à memória, narrativa, subjetividade e diálogo moldam a própria agenda do historiador". Entendendo que as fontes orais são cocriadas a partir da memória do entrevistado e cientes do papel ativo do historiador nesse processo, procuramos apreendê-las em toda a sua riqueza, complexidade e especificidade.

A concepção de memória aqui evocada se fundamenta em estudos como o do sociólogo francês Maurice Halbwachs e em seu conceito de memória coletiva, que representou um ponto de ruptura em relação às concepções tradicionais sobre a memória, que até então a compreendiam como uma operação marcadamente individual. Como fenômeno social, a lembrança é percebida como fruto de uma intrínseca e dialética relação entre o individual e o coletivo, na qual a experiência essencialmente pessoal ocuparia um lugar quase que indissociável do grupo. Desse modo, ao nos recordarmos de algo, o fazemos enquanto membros de uma comunidade de pertencimento e a partir dela. "É assim que a memória se enriquece de bens alheios", diria Halbwachs (2004, p. 53), "desde que se tenham enraizado e encontrado seu lugar, não se distinguem mais das outras lembranças".

O estudo das narrativas e testemunhos daqueles que vivenciaram o processo das desapropriações empreendido pela Açominas, em Ouro Branco, também passou pela investigação da importância do presente na elaboração das memórias sobre os acontecimentos. Portelli (2016, p. 12) já advertira para o fato de que a história oral "não

diz respeito apenas ao evento. Diz respeito ao lugar e ao significado do evento dentro da vida dos narradores". Dessa forma, procuramos compreender como determinados acontecimentos foram percebidos, ressignificados ou mesmo reincorporados com o passar do tempo, atentos ao que pode ser identificado como o caráter permanentemente atual da memória.

A história das famílias expropriadas para construção da Açominas revelou-se um tema delicado e demonstrou ter deixado profundas marcas nas trajetórias das pessoas envolvidas. O assunto ainda é difícil de ser abordado. Os contatos, durante o período de seleção dos entrevistados, foram permeados por desconfianças, reserva e diversas recusas. Encontros foram desmarcados de última hora e algumas pessoas simplesmente deixaram de retornar às ligações depois de confirmada a entrevista. Conversamos informalmente com pessoas que manifestaram o desejo de contar suas histórias, mas que, temendo algum tipo de represália, optaram pelo silêncio. Em outros casos, houve a promessa de fazer o depoimento apenas após a finalização do processo judicial de disputa das terras, que se arrastava havia décadas desde o início do litígio.

Esses silêncios, contudo, não devem ser tomados apenas como obstáculo metodológico. Constituem, eles próprios, um dado relevante para a pesquisa. Como demonstrou Michael Pollak (1989), em contextos atravessados por experiências traumáticas ou por relações de dominação formam-se memórias subterrâneas que, silenciadas pela memória oficial, sobrevivem em círculos restritos de sociabilidade (na família, entre vizinhos, nas comunidades de origem etc.) à espera de condições favoráveis para virem a público. O medo de represálias, as recusas e a expectativa do desfecho judicial indicam que, em Ouro Branco, a memória das desapropriações permanece atravessada pelas mesmas relações de poder que marcaram o processo original. Falar sobre o ocorrido representa, para muitos, colocar-se em uma posição de risco. Nesse sentido,

o silêncio dos sujeitos pode ser compreendido como parte de um mesmo processo de enquadramento da memória local, no qual a narrativa do progresso trazido pela empresa ocupou, por décadas, o lugar de memória dominante.

Entre aqueles que aceitaram revisitar seu passado, uma certeza: se, para muitos, a chegada da Açominas a Ouro Branco representou progresso, para aqueles que foram retirados de suas terras e, muitas vezes, apartados dos seus meios de vida ligados à agricultura, ela inaugurou um período mais duro em suas vidas.

Cabe, por fim, uma observação de ordem ético-metodológica. Embora a tradição da História Oral valorize a identificação dos colaboradores como elemento que enriquece a contextualização das narrativas, a literatura especializada reconhece que cabe ao pesquisador a responsabilidade primária de resguardar os entrevistados de eventuais prejuízos decorrentes da divulgação de seus relatos, respeitando solicitações como o sigilo da identidade nominal (Amado, 1997). Considerando a natureza sensível dos temas aqui abordados e o intuito de proteger os depoentes — que, embora tenham autorizado formalmente o uso de suas entrevistas, poderiam vir a ser afetados pela publicização de suas memórias —, optamos por substituir por pseudônimos os nomes de todos os entrevistados, bem como os de terceiros por eles mencionados ao longo dos depoimentos.[2]

Preservou-se integralmente o conteúdo dos relatos, alterando-se tão somente os nomes próprios que permitiriam a identificação direta dos colaboradores e de terceiros. Mantiveram-se, contudo, os nomes de agentes públicos mencionados no exercício de funções oficiais, por integrarem o registro histórico e documental do período.

2 A idade dos entrevistados, indicada em alguns momentos do trabalho, tem como referência a data de realização da entrevista.

O PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÕES

Em outubro de 1975, jornais de grande circulação noticiaram que cinco cidades mineiras estavam sendo analisadas como possíveis locais para implantação de uma nova usina siderúrgica (Açominas [...], 1975, p. 7). No mês seguinte, foi concluído um estudo de viabilidade feito por uma consultoria de engenheiros e técnicos da Usiminas que recomendava a localização em Ouro Branco (Souza, 1985, p. 103).

Seguindo as recomendações, o governador Aureliano Chaves (ARENA)[3] confirmou o local em reunião no dia 30 de janeiro de 1976 (Fundação João Pinheiro, 1978, v. 1, 2.1.1). Em 18 de fevereiro, o presidente da República, Ernesto Geisel, compareceu à cidade de Ouro Branco em cerimônia simbólica na qual foi lançado oficialmente o projeto. Dois dias depois, o Decreto nº 17.773, de 20 de fevereiro de 1976, assinado pelo governador, delimitava a área de terrenos e benfeitorias a ser desapropriada "mediante acordo ou judicialmente". O documento autorizava a Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI-MG) a promover esse processo "bem como, por sua necessidade e conveniência, a alegar urgência para imissão provisória na posse, nos termos da legislação em vigor" (Minas Gerais, 1976).

De acordo com Miguel Augusto Gonçalves de Souza (1985, p. 108), um dos principais fatores que contribuíram para aquela localização foi o baixo investimento na aquisição das terras, pois locais próximos a grandes centros geralmente possuem terrenos bem mais caros. No entanto, *O Processo*, jornal editado na cidade vizinha de Conselheiro Lafaiete, já informava, na segunda quinzena de janeiro de 1976: "Com a vinda da Açominas, a inflação tomou conta de

3 Aliança Renovadora Nacional, partido composto por quadros políticos que, grosso modo, apoiavam as políticas do regime militar. Aureliano Chaves ocuparia ainda o cargo de vice-presidente da República entre 1979 e 1985.

Ouro Branco e seus arredores. O alqueire de terra, que há alguns meses estava em torno de Cr$ 5.000,00, está agora beirando os Cr$ 30.000,00" (Tiptop, 1976, p. 1).[4]

Essa enorme alta no preço das terras estava provavelmente relacionada às grandes expectativas provocadas pelo empreendimento. Nos jornais, difundiu-se a notícia de que a população local seria multiplicada em mais de dez vezes apenas nos quatro anos seguintes, ultrapassando os 60 mil habitantes. No longo prazo, planejava-se uma cidade capaz de absorver 300 mil moradores (CDI [...], 1976, p. 27). Além disso, alguns entrevistados (Antunes, 2018) relataram que a região atraiu pessoas que, provavelmente, dispondo de informações privilegiadas, atuaram como especuladoras, comprando terras por um preço relativamente baixo apenas para obter, posteriormente, uma indenização muito superior ao valor pago.

As obras de terraplenagem na área da usina tiveram início em novembro de 1976. As desapropriações, porém, começaram efetivamente apenas em abril de 1977 (Iniciadas [...], 1977, p. 1). Segundo o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), índice de inflação medido pela Fundação Getulio Vargas (FGV), a inflação no país, nos quinze meses decorridos entre o anúncio do local (janeiro de 1976) e o início das desapropriações (abril de 1977), foi de 69,7%.[5] Assim, a inflação que reinava no país foi mais um fator complicador em relação às desapropriações.

Segundo publicação oficial da Açominas (1985, p. 44), foram efetivamente desapropriados 13.174 hectares, equivalentes a mais de 130 quilômetros quadrados ou 18.451 campos de futebol. A mesma

4 Como bases de comparação, o salário mínimo no país passou a ser de Cr$ 768,00 a partir de maio de 1976. Em dezembro de 1976, um carro zero quilômetro da marca Volkswagen Fusca 1300, considerado popular e o mais barato da sua categoria, era vendido na cidade de São Paulo por Cr$ 36.690,00 (Fiat [...], 1976, p. 28).

5 Consulta feita na Calculadora do Cidadão, site mantido pelo Banco Central. Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/jsp/index.jsp. Acesso em: 13 maio 2025.

fonte cita 429 proprietários indenizados. De acordo com Piquet (1998, p. 99), Ouro Branco foi a cidade que teve a maior parte das terras desapropriadas (48%), seguida por Congonhas (27%), Conselheiro Lafaiete (22%) e Ouro Preto (3%).

Quinze anos após o início daquele processo, a geógrafa Doralice Pereira (1992) esteve em Ouro Branco para analisar a percepção dos moradores sobre a nova paisagem industrial. Entrevistou cinquenta pessoas que habitavam a cidade antes da implantação da Açominas. Nas respostas, ficou registrada certa satisfação pelos novos empregos e pelo desenvolvimento trazidos pelo empreendimento. No entanto, as desapropriações foram apontadas inequivocamente como principal fator de descontentamento entre os antigos habitantes. Entre muitos comentários, curtos e anônimos, registrados pela pesquisadora em seus questionários, pode-se ler (Pereira, 1992, p. 123): "Num ponto [a chegada da Açominas] foi bom, noutros não. Fui desapropriado. Eu tinha terra no Pioneiros (bairro novo), pagaram mixaria. Prejudicou muita gente."

Uma das atingidas foi Ana Maria Ferreira, que assistiu pela televisão, no *Jornal Nacional,* a uma reportagem sobre a instalação da Açominas. Naquele momento, a cabeleireira, hoje com 61 anos, não sabia que tal notícia mudaria radicalmente a vida da sua família. De acordo com seu relato, ela, seus pais e irmãos viviam numa área no então chamado Barro Preto, local que corresponde atualmente ao bairro Siderurgia. Ali, plantavam mandioca, feijão e milho. Nas suas terras também havia muitas árvores frutíferas, como pés de abacate e de banana. Para garantir o sustento da família, todos trabalhavam para os fazendeiros da região, plantando batata ou na capina dos terrenos. Aos finais de semana, quando ia à missa, Ana Maria ouvia o padre dizer, em seu sermão, que a empresa iria acabar com a cidade — que seria o fim da tranquilidade ali vivida, e que as moças iriam se perder, iludindo-se com os rapazes de fora...

Em pouco tempo, a família de Ana Maria recebeu uma carta informando da desapropriação das terras e da indenização a que tinham direito. Como eram pessoas muito simples e com pouca instrução formal, a exemplo de muitos de seus vizinhos, não questionaram o decreto nem mesmo o valor pago pela empresa.

Assim, em menos de seis meses, haviam se mudado. Com o montante recebido, compraram uma casa na cidade de Congonhas, vizinha a Ouro Branco. O restante do dinheiro foi aplicado em investimentos que acabaram se perdendo, em razão do pouco conhecimento da família sobre finanças. Segundo narrou, em "pouco tempo as pessoas já estavam todo mundo na mesma coisa, com a diferença que não tinha as terras mais. E aquilo ali foi a história da gente" (Ferreira, 2018).

Ana Maria retornou a Ouro Branco três anos depois. Casada, ela e o marido passaram a fabricar e vender quitutes e café aos trabalhadores nas áreas de terraplenagem. Atividades comerciais como essa se tornaram comuns, já que no auge da construção da usina os canteiros de obras chegaram a receber cerca de 22 mil trabalhadores (Açominas, 1985, p. 8). Seus pais também retornaram à cidade, desta vez pagando aluguel. Ana Maria atribuiu o retorno da família às ligações com o lugar:

> Gostavam da terrinha deles lá, não é? Porque nasceram também lá! Pessoas que nascem na terra ali, de certa maneira você apanha um amor pelo lugar. Embora às vezes você sofra alguma coisa, mas, é a sua terra, não é? É difícil desprender totalmente (Ferreira, 2018).

Ela recordou que seus pais se arrependeram do negócio realizado, tanto por sua afeição ao lugar e sua inadaptação à nova forma de vida, quanto pelo valor recebido como indenização, que ela não considerou justo. Lamentou que a comunidade não tenha sido orientada a organizar-se e a fazer-se representar diante da empresa:

> A gente sabia que estava chegando uma empresa muito grande pra Ouro Branco e eles precisavam daqueles terrenos pra construir casas para os funcionários deles mesmos. Nos bairros lá, todo mundo era funcionário da Açominas. Mas não teve aquela negociação tipo, um advogado da empresa, um advogado do pessoal. Porque, hoje em dia, a gente vê que tinha que ter isso, não é? Tinha que ter um advogado representando aquelas famílias dos bairros, pra estar intervindo por eles, porque ninguém conhecia de lei, lá. Quer dizer, eu assim, eu acredito que a gente foi passado pra trás, mas passado bonito mesmo. Porque a gente, pra começar, eu acho que ninguém tinha esse direito: de chegar assim e tirar a terra que você comprou pra beneficiar uma empresa, não é? E ainda mais que aqui tinha morador em todas as casas. Se o terreno estivesse lá, vazio, é uma coisa. Mas, a gente morava lá, todo mundo morava lá, nasceu e criou lá. E chegou assim, do nada, e falou que precisava daquelas terras e tirou todo mundo (Ferreira, 2018).

Ana Maria acredita ainda que a população mais pobre da cidade tenha sido prejudicada em benefício dos fazendeiros da região, que não teriam sido tão atingidos pelo decreto de desapropriação:

> [...] pra te falar a verdade, foi [d]a parte menos favorecida que foi tirada mesmo as terras. Porque os fazendeiros têm as terras deles lá, pra te falar a verdade, até hoje. [...]. Então quer dizer: eles poderiam ter desapropriado alguns fazendeiros que tinham... vamos supor, uns 10, 20 fazendeiros. Eles [fazendeiros] ficaram com as terras deles, tranquilos (Ferreira, 2018).

Pereira (1992, p. 166) recolheu um relato semelhante, que afirma que o processo de desapropriação atingiu de forma muito mais dura os pequenos proprietários:

> [...] Quem tinha um lote não compensou o pagamento. Os de grande propriedade recebiam bem, compraram outras até melhores. Estão bem. O local da usina era de três irmãs que indenizadas compraram fazenda melhor.

> [N]Os [atuais] bairros Pioneiros, Siderurgia, [foram] todos desapropriados, as pessoas que possuíam terrenos saíram prejudicadas [...].

Apesar de tudo, quando recorda seu passado, Ana Maria Ferreira (2018) diz que se sente dividida em relação à Açominas, pois seu marido trabalhou na empresa por 30 anos, fator que ela considera positivo. "Graças a Deus, foi aquele descanso assim, de desemprego."

Tal sentimento parece não ser compartilhado por sua antiga vizinha, dona Helena Caldeira, 77 anos, hoje costureira aposentada e pensionista. Na década de 1970, ela e a família adquiriram uma propriedade e mudaram-se, junto com os seis filhos, para uma casa construída às pressas, com o objetivo de garantir a posse das terras ameaçadas pelo decreto de desapropriação, no bairro Barro Preto. A memória que ficou do período em que viveu em Ouro Branco é de muitas dificuldades e privações: "Foi [como] uma passagem pelo deserto". Integrante da Igreja Assembleia de Deus, profundamente religiosa, dona Helena associou o período em que viveu na cidade à imagem bíblica de uma travessia e suas provações. O desenrolar de sua memória está atrelado à trajetória do marido, senhor Joaquim. O casal não aceitou a primeira proposta apresentada pelos "fiscais da Açominas" que rondavam o seu terreno. Quando souberam que ali seria construído um bairro residencial, imaginaram que poderiam manter sua propriedade a salvo: "[...] nós gostávamos muito de lá. Eu sempre gostei. 'Com esses seis lotes aqui eu posso ter minhas criações, minhas plantas'" (Caldeira, 2018).

A família decidiu resistir. Dona Helena e o senhor Joaquim contrataram um advogado e fizeram uma série de viagens a pé para Ouro Preto, a mais de 30 km de distância por estrada de terra, buscando regularizar a posse do terreno. Quando chegaram ao cartório desse município, descobriram que ali havia ocorrido um incêndio que destruiu boa parte da documentação referente à posse daquelas terras. Após vasculharem "pedaços" da documentação restante,

os funcionários do cartório refizeram, enfim, a escritura da propriedade. Entre as idas e vindas a Ouro Preto, os vizinhos que aceitaram a primeira oferta da Açominas foram deixando o local. Dona Helena viu sua casa cercada pelas máquinas: "[...] nessa altura nós já fomos ficando sem entrada, porque eles começaram a circular com as máquinas. E máquina pesada! Tinha máquina de todo jeito e elas faziam um pouco de medo".

A aproximação dos tratores começou a provocar abalos na estrutura da residência. Os móveis balançavam: "eu tinha uma prateleira cheia de vasilhas, aí as vasilhas começavam a dançar nas prateleiras. Quando meu menino via aquilo, falava: 'Mãe, as vasilhas vão cair'". Um dos seus filhos mais novos, então com seis anos de idade, adoeceu. "Aí esse menino meu arrumou um choreiro: 'mãe eu não quero ficar aqui, eles estão jogando a casa dos vizinhos no chão'" (Caldeira, 2018). Foi então que decidiram que não seria mais possível resistir.

Dona Helena e sua família conseguiram negociar com a empresa um valor que ela considera justo pela sua propriedade. De acordo com ela:

> De lá nós saímos livres, mas passamos muitas dificuldades lá. E pra negociar com eles foi difícil. Nessas alturas, já tinha muita gente desapropriada, já tinha gente... [Filha interfere: eles tinham tomado a terra, sem pagar nada] Sem pagar nada. Quem não quis sair eles enfiaram o trator e *teve muita gente que adoeceu, depois eu fiquei sabendo que morreu gente*... (Caldeira, 2018, grifo nosso).

A família do senhor Aristides Tavares, 60 anos, motorista, parece não ter tido a mesma sorte que a de Helena: "Eles [representantes da empresa] chegaram aqui ameaçando, forçando a negociar, sabe? Com a minha mãe, ela era viúva, eu era mais novo na época. Aí forçando ela a negociar", contou (Tavares, 2018). A sua família possuía criação de gado e vendia leite, atividade da qual retirava sua subsistência. Como as negociações com a empresa demoraram cerca de

oito anos, de acordo com o seu relato, eles acabaram sendo forçados a se dedicar a outras atividades, até receberem um lote em troca do terreno expropriado, localizado no bairro Siderurgia que, segundo ele, era menor do que o que possuíam anteriormente.

Já o senhor Sebastião Macedo, 76 anos, aposentado, vivia na Fazenda Carreiras, localizada na comunidade de mesmo nome. Na ocasião, ele trabalhava nas terras da fazenda, cultivando milho e batata. Ali, ele havia passado quase toda a sua vida. Quando a empresa requereu as terras e o casarão colonial, ele, a exemplo de inúmeras famílias da comunidade de Carreiras, se viu obrigado a deixar o local, bem como o trabalho como agricultor. "Nós aceitamos a proposta porque o dr. lá falou comigo que a carta já tava lá pra mandar para Ouro Preto pra despejar nós. Nós [seria] despejado, sabe? Nós não ia ser desapropriado, nós ia ser despejado", enfatiza. "Então nós negociou..." (Macedo, 2019). Quando questionado sobre se, em algum momento, se sentira ameaçado ou intimidado durante as negociações, deu a seguinte resposta:

> Eu tive uma ameaça. Porque eu fui lá pra conversar com ele no escritório, lá da Fazenda Bessa e ele [refere-se ao funcionário encarregado pela negociação das terras] falou comigo: "Ó Sebastião, o negócio é o seguinte: a carta já está aqui na mesa." Mostrou lá, mas não abriu pra mim ver não. "A carta está aqui na mesa, do despejo. Se vocês não aceitar, amigável, vocês vai levar vinte anos pra receber. Vinte anos pra receber na justiça". Porque tem muita gente que ficou, né. Vinte anos aí pra poder resolver, tem uns que nem resolveu, morreram, *muita gente morreu de paixão.* Eu não tive paixão, não. Sabe por quê? Eu falei assim, eu nasci sem nada, não tinha mãe, não tinha nada. Só o pai. Fui criado com um pessoal que me cuidou muito, mas a gente não tendo mãe é muito triste, né? Eu falei assim: quer saber de uma coisa? Eu não vou ligar pra terra nenhuma. E aí aceitei (Macedo, 2019, grifo nosso).

Histórias como as relatadas acima não são incomuns em Ouro Branco. O senhor Paulo Antunes, 59 anos, funcionário público

municipal, apesar de não ter sido afetado diretamente pelo decreto, relembrou, emocionado, algumas histórias que marcaram a comunidade, como o relato a seguir:

> Teve o caso de um rapaz que [...] cara, o negócio dá um filme, de chorar. [...] Enfim, o sujeito em Carreiras [comunidade pertencente a Ouro Branco] era um camarada que tinha uma charrete com um cavalinho bonito. E ele plantava abacaxi. E todo domingo ele parava a charrete na porta da igreja e acabava a missa o cara chegava lá e comprava um abacaxi dele... Eu sei aonde são as ruínas da casa dele, porque eu fui na casa dele quando criança. Na casa dele tinha pé de café, pé de abacate, várias árvores frutíferas. Uma casinha... aquele estilo daquela casinha de roça, de janelinha, bem arrumadinha, um terreiro limpinho, pé de jabuticaba, um monte de galinha. E ele vivia feliz, até que um dia queriam comprar o terreno dele, em Carreiras. E ele não quis vender. E aí, sabe o que o pessoal fazia? O pessoal chegava, do lado de fora. A casa dele era na beirada da estrada de terra, que hoje está asfaltada. O camarada da segurança da usina chegava lá onze horas da noite, dez horas da noite, parava o carro do lado de fora e ficava com a luz vermelha ligada [imita o som produzido pelo giroflex]. Chegavam os caras de turno. E ele precisava dormir. Então ele ficava dentro de casa com aquela luz vermelha passando dentro da greta do telhado, assim. Isso ele me contou. Porque desde criança eu fui muito ligado ali, sabe? E aquela luz vermelha [...]
>
> Então ficava o giroflex ligando. E ele não dormia. Ele não conseguia dormir. [...]. E aí até que certo dia ele estava lá embaixo. O terreno dele é num lugar altiplano, assim, descia, lá embaixo tinha um córrego e um brejo onde ele plantava batata. Os meninos dele chegaram desesperados lá. [...] "Quando cheguei lá em casa..." A família dele toda dentro da boleia do caminhão da COMTEL [Construtora M. Teixeira, uma das prestadoras de serviço ligadas à Açominas], os móveis dele em cima do caminhão e a retro[escavadeira] acabando de derrubar a casa dele por ordem judicial. Pegaram o cara e colocaram ele para morar no bairro Tiradentes. A Açominas fez lá, acho

> que de 16 a 20 casas, de 40 m² cada casa. Ele, a casa, ele tinha mais de cem [m²]. Jogou *tudo* dentro da casa de 40 m², acho que 36 m², a casa. Bairro Tiradentes. Colocou tudo lá. Nem recolher as galinhas dele, o cabrito, os patos, a vaquinha dele, não recolheram. Deram ordem pra ele poder pegar. Colocaram ele na casa, o terreno não tinha cerca, não tinha quintal. Foi feito um [bairro] mais ou menos assim, não tinha nada. Ele não tinha aonde por... Passou em cima dos pés de café, dos pés de abacaxi, destruíram *tudo! Tudo, tudo.* Você sabe como ele terminou a vida dele? Lixeiro aqui da prefeitura. E a filha dele prostituta. E a mulher dele morando com outro homem porque não tinha o que comer em casa. [Emoção, voz embargada] Eu [balbucia] fico puto! Na época, eu lembro disso, se eu fosse um cara de maior, eu tinha virado guerrilheiro, cara. Tinha, tinha. Morreu, tadinho. No caminhão de lixo [Choro]. [...] E assim, igual esse camarada aqui, se você for ver, foram dezenas de pessoas. Que foram, assim... expropriadas, assim, estuprados. Estuprados [...] (Antunes, 2018).

Ações como essas fizeram parte de um quadro nacional mais amplo e constituíram prática do Estado brasileiro à época, que, em articulação com o empresariado, fez valer seus interesses econômicos na apropriação e controle dos espaços para a viabilização de projetos de modernização estruturados em indústrias de grande porte.[6]

Ainda que conste em manuais da Açominas a intenção de que fossem adotados procedimentos não agressivos em relação aos proprietários de terras, que privilegiassem negociações amigáveis às ações judiciais, nem sempre foi essa a realidade vivida em Ouro Branco. "Eles chegaram e desapropriaram. Muitos não queriam aceitar. Eles chegavam com o trator, punham a família pro lado de fora das casas", contou o senhor Aristides (Tavares, 2018). Dona Helena

6 Para casos semelhantes, como de Ipatinga, em Minas Gerais, e Foz do Iguaçu, no Paraná, cf., respectivamente, Chrysostomo (2012) e Germani (2003).

também relatou que se angustiava com a forma como a empresa lidava com a desocupação dos terrenos:

> Eu ficava mais preocupada da falta de educação e da dureza com a qual eles chegavam pra tomar terra. [...] Então parece que eles têm uma pessoa já formada pra enganar as pessoas e fazerem... nem sei se isso é roubo ou se é... que tipo de coisa é essa. Porque a ingratidão que eles vêm com ela, eles não dão tempo. Depois que eles falam que querem, a gente tem que ficar esperto (Caldeira, 2018).

De acordo com os relatos obtidos, no caso de uma família expropriada alegar que não tinha para onde ir, a Açominas a encaminhava para uma localidade conhecida popularmente como "Bico do Anú" (Bairro Tiradentes). Nessa região, foram construídas cerca de 20 casas, com aproximadamente 40 metros quadrados cada (Antunes, 2018). Para ali se transferiram algumas famílias provenientes da comunidade de Carreiras.[7]

O senhor Sebastião testemunhou a desapropriação das famílias da comunidade de Carreiras, pertencente ao município de Ouro Branco. Narrou que a ação ocorreu num sábado e que isso dificultou a busca de auxílio por parte da população. "Eles fizeram essa desapropriação foi no final de semana. Foi num sábado. Sábado não tinha nada aberto, não tinha fórum, não tinha nada", comentou (Macedo, 2019). Ele também acompanhou a transferência das famílias para o bairro Tiradentes:

> Foram com três caminhão de empregado da COMTEL pra poder intimidar o povo lá de Carreiras no dia de derrubar as casas, sabe? E derrubou, derrubou as casas tudo. Aqueles que não aceitou a proposta foi tudo derrubado e mandou eles aqui pro Bico do Anú, ali em cima, onde tem aquela Fábrica da Cimento. Então ali tinha o nome

7 Não foi possível encontrar, durante o desenvolvimento da pesquisa, um morador do Bairro Tiradentes que tenha vivenciado o processo de desapropriações empreendido pela Açominas.

> de Bico do Anú. Aí o pessoal veio tudo morar ali, largou os terreno lá, largou tudo. Depois teve uns que eles [responsáveis pela desapropriação] não ficou com o terreno não. Devolveram o terreno, com a casa jogada no chão, cisterna arrebentada, porteira, cerca, tudo arrebentado, não pagou nada (Macedo, 2019).

De modo geral, os entrevistados eram pessoas muito ligadas à terra. Com seus ritmos e hábitos de vida ligados à agricultura, seu trabalho não só garantia o sustento, como conferia significado às suas vidas. Nos depoimentos, são muito vivas as lembranças dos pomares, das frutas, dos animais de criação. Destituídos de suas terras e, muitas vezes, impossibilitados de adquirir uma propriedade em que pudessem plantar ou criar gado, essas pessoas foram privadas dos elementos essenciais que constituíam sua identidade e seu sentido de pertencimento em relação ao grupo. "Fui obrigado a deixar o campo, desapropriou o terreno. Lá tinha mais facilidade, aí caí na miséria. Eu nunca deixaria o campo", relatou a Pereira (1992, p. 149), ainda na década de 1990, um morador de Ouro Branco. "A vida da gente estava ali. Aí você ter que sair da sua cidade [...] o seu bairro, suas amizades estavam todas ali. E tivemos que sair pra viver fora do nosso *habitat* mesmo", observou Ana Maria Ferreira (2018) em seu relato.

À primeira vista, a convivência entre relatos de indenizações consideradas irrisórias e a atuação lucrativa de especuladores pode parecer contraditória. Os depoimentos, contudo, sugerem que o processo expropriatório não incidiu de maneira uniforme sobre os proprietários: seus resultados variaram conforme o capital, a informação e a capacidade de negociação de cada grupo. Para as famílias de pequenos lavradores com pouca instrução formal, sem assessoria jurídica e, muitas vezes, sem sequer a documentação regularizada de suas posses, restou aceitar os valores e prazos oferecidos pela empresa, sob a ameaça, implícita ou explícita, de despejo e de décadas de litígio judicial.

Já os grandes proprietários e os especuladores que provavelmente chegaram à região munidos de informações privilegiadas dispunham de condições para negociar em outros termos. Não por acaso, Ana Maria Ferreira observou que "os fazendeiros têm as terras deles lá [...] até hoje" (Ferreira, 2018), e um dos moradores ouvidos por Pereira (1992, p. 166) resumiu a assimetria: "Quem tinha um lote não compensou o pagamento. Os de grande propriedade recebiam bem, compraram outras até melhores". A especulação e a "mixaria", portanto, não se excluem: constituem faces de um mesmo processo, cujos custos e benefícios foram distribuídos segundo as desigualdades sociais preexistentes que a ação expropriatória, longe de atenuar, aprofundou.

A VISÃO DE QUEM EXECUTOU AS DESAPROPRIAÇÕES

As desapropriações foram operadas por um conjunto de agentes que incluía funcionários da Açominas e das empresas contratadas para o levantamento e a negociação das terras. Suas memórias, colhidas décadas depois, oferecem uma perspectiva distinta sobre as mesmas cenas narradas pelos atingidos. O senhor Antônio Estêvão Furtado, aposentado, 70 anos, mudou-se para Ouro Branco a serviço da Consol, empresa de engenharia ligada ao grupo Siderbrás e encarregada de realizar o estudo da região e dar encaminhamento às desapropriações. Ele conheceu de perto boa parte das famílias expropriadas. No depoimento a seguir, descreve como era efetuado o trabalho:

> [...] teve gente também que foi desapropriado, vendeu e não quis sair. Depois, a Açominas foi lá com o trator e jogou tudo no chão. E eu mexia com máquina, com os

> equipamentos, era o responsável. E eu na frente, tinha que ouvir muita coisa ainda. Teve gente que entrou na frente do trator para não derrubar a casa. Mas, a Açominas também sempre tirava, mas dava. Ela desapropriava esse pessoal, mas já tinha lote com casa, com estrutura, com tudo. As pessoas reclamavam porque nunca estamos satisfeitos com nada, a gente acha que a gente merece sempre mais (Furtado, 2018).

Durante a entrevista, perguntamos ao senhor Antônio Estêvão se alguma história havia marcado especialmente a sua memória. Ele nos relatou o seguinte:

> Foi uma dona Eulália, morava aqui nas Carreiras. Ela tinha um barraquinho de pau a pique, uma coisinha muito simplesinha, mas ela falava 'minha bisavó foi criada aqui, meu avô foi criado aqui, eu aqui criei meus filhos todos e agora vão derrubar isso.' Essa dona Eulália [...] isso aí me chamou bastante atenção, eu era muito amigo dela, conhecia ela bem porque eu tinha feito um serviço lá perto da casa dela e, até de um filho dela, e isso me chamou muita atenção. [...] Essa entrou [em frente às máquinas] e nós custamos. Inclusive, fui eu que fui lá e pedi: 'Dona Eulália, sai, dona Eulália, eu já avisei para a senhora várias vezes que eles vinham. A senhora não acreditou.' [...] Esse foi um dos casos que eu presenciei agora, eu presenciei muitas coisas, mas muitas coisas mesmo (Furtado, 2018).

O senhor Ronaldo Monteiro, 63 anos, aposentado, atuou na Açominas a partir do ano de 1978, na área de Patrimônio. Um de seus trabalhos consistia em fazer o levantamento das propriedades e a descrição técnica do imóvel e outros bens para que fosse estimado o seu valor, além dos contatos com os proprietários. "No início eu era visto como o cara da Açominas que derruba as casas", contou (Monteiro, 2018). De acordo com o entrevistado, a empresa realizou

o registro de mais de setecentas propriedades[8] na região com vistas à expropriação, mas é possível que o número de atingidos tenha sido superior, uma vez que muitas dessas propriedades eram divididas em áreas menores, ou ocupadas por posseiros.

Assim como o senhor Antônio Estêvão, ele testemunhou diversas ações de despejo, como a de uma rua inteira que foi derrubada. "Teve que passar com trator mesmo, tirar as pessoas com polícia e em época de Natal, todo mundo saindo com árvore de Natal, os enfeites, aquela coisa. E eu na frente, né?" (Monteiro, 2018). Ronaldo relembrou o ocorrido com pesar, mas salientou aspectos positivos da implantação da empresa na cidade: "Infelizmente, é um processo que prejudica centenas de pessoas, mas beneficia milhares. [Vou] te falar, até milhões, que num imposto desse aí, uma empresa dessa distribui pro país afora, como se diz, não fica só no município" (Monteiro, 2018).

Sobre o pagamento das indenizações pelas terras expropriadas, os agentes entrevistados que executaram as desapropriações consideram que a empresa agiu de forma justa nas negociações. De acordo com o que nos relatou o senhor Ronaldo Monteiro, quando a situação se resolvia de forma amigável, o pagamento era realizado num escritório e, pela propriedade, era pago um valor acima do mercado. "Sempre teve uma margem de compensação, a pessoa não queria vender, né? Desapropriação é um negócio meio complicado..." (Monteiro, 2018). Ele considera compreensível que a população tenha se sentido injustiçada pela ação expropriatória, mas reitera que não houve arbitrariedade por parte da Açominas:

8 O número de registros de propriedades citado por esse entrevistado diverge dos dados oficiais da Açominas (1985, p. 44), que dão conta de 429 atingidos pelo decreto de desapropriação. Questionado a esse respeito, Monteiro afirmou que a discrepância dos números pode estar relacionada ao fato de que as desapropriações se deram em duas fases, sendo que, para a construção do polígono industrial, foram expropriadas cerca de 400 propriedades rurais e, para a implantação do núcleo de desenvolvimento urbano, foram desapropriadas em torno de outros 300 terrenos.

> [...] Acho que noventa por cento deve ter saído falando que foi injustiçado, que podia ter ganhado mais um pouco... que ninguém fica satisfeito com uma situação dessa. Chegar uma empresa aqui na minha casa falar que nós vamos comprar o quarteirão inteiro e você tem que vender sua casa também e tal... "Não quero vender, não...o dinheiro que me der não vai ser suficiente". Isso aí nunca tem como você satisfazer a todos. Agora pelo que eu via, pelo preço de propriedades foi um preço justo, foi pago pra quase todos foi justo. Eu até quando eu corrigia as escrituras — eu tinha que pegar escritura por escritura, levantar incoerência pra poder mandar retificar no cartório. Foi um trabalho que eu fiz durante uns quatro, cinco meses, sei lá, não lembro quanto. Então quando eu achava alguma incoerência eu levava pra gerência. "Aqui ó!" Então tinha muito de preço certo, um preço bem mais alto que valia a propriedade, a propriedade e a casa, cinquenta por cento, quase cem por cento a mais [...] (Monteiro, 2018).

O senhor Antônio Estêvão Furtado acredita que a maioria das pessoas ficou satisfeita com as negociações. Sua visão é de que as queixas dos moradores em relação à Açominas tenham ocorrido em função da expressiva valorização das terras após a implantação da usina na região. "Quando a gente chegou aqui isso aqui não valia nada. Mas, depois que a Açominas chegou, passou a ter um valor de uma hora pra outra e as pessoas achavam que valia o que é agora e não o que valia antes. Então sempre há conflito com isso", afirmou (Furtado, 2018).

As memórias desses agentes podem ser analisadas como uma posição específica no interior do quadro social da rememoração. Vale notar que tanto Antônio Estêvão quanto Ronaldo Monteiro testemunham as mesmas cenas de violência relatadas pelos expropriados: as casas derrubadas, as famílias retiradas pela polícia, dona Eulália diante das máquinas etc. O que distingue seus relatos não é o acontecimento lembrado, mas o significado que lhe atribuem. Fórmulas como "a Açominas sempre tirava, mas dava", "nunca

estamos satisfeitos com nada" ou "prejudica centenas, mas beneficia milhares" operam como racionalizações para tornar justificável, décadas depois, o papel que essas pessoas desempenharam naquele contexto. Trata-se do que Pollak (1989) denominou trabalho de enquadramento da memória: a incorporação, pelos próprios agentes, do discurso institucional que justificava a ação expropriatória.

O PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Uma questão que emergiu das entrevistas diz respeito à atuação do poder público municipal em relação ao processo da implantação da Açominas na região. Em diversos relatos foi citada a figura de Sílvio José Mapa, prefeito eleito e que cumpria seu primeiro mandato durante o período mais crítico das desapropriações. Produtor rural, o político foi filiado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) (Brasil, 1979) e posteriormente ao Partido da Frente Liberal (PFL) (Brasil, 1989), tendo liderado o Executivo municipal em três ocasiões: 1977 a 1982, 1989 a 1992 e 1997 a 2000.[9]

Ao se estruturar na região, a direção da Açominas parece ter optado por aliar-se à estrutura de poder já consolidada no município. O caminho foi diverso do adotado em outras cidades que sediaram estatais, como Ipatinga, onde a ditadura militar nomeou um interventor para a administração municipal. Maria do Carmo Peixoto, que atuou no Planejamento e Desenvolvimento Urbano da cidade a serviço da Açominas, contou-nos que a Açominas auxiliou

9 Durante o período analisado, outro produtor rural liderou a administração municipal: Fernando de Oliveira Silva (1983-1988, 1993-1996), vinculado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (Brasil, 1983). Conforme se observa pela cronologia, os dois políticos alternaram-se no poder entre 1977 e 2000. Com o falecimento de Fernando Silva, em 1996, assumiu seu vice, Hélio Márcio Campos, ex-funcionário da Açominas, que viria a ser eleito prefeito em outros três mandatos (2001-2004, 2017-2020, 2021-2024) (Jornal Correio da Cidade, 2024).

na estruturação da prefeitura, adaptando-a às novas demandas surgidas com o crescimento da cidade. "Então a Açominas trouxe o Colégio Batista, trouxe Corpo de Bombeiros, trouxe uma unidade de Polícia para cá, porque não tinha. E nós fomos trabalhando nisso tudo, nós fomos trabalhando nessa implantação dos equipamentos" (Peixoto, 2018).

É provável que essa aliança tenha reforçado o grupo político ligado ao ex-prefeito Sílvio Mapa, à medida que a expansão urbana, os serviços públicos e boa parte da estrutura administrativa do município passaram a depender das relações estabelecidas com a empresa. Os depoimentos, contudo, mostram que a atuação do poder público local esteve longe de ser percebida de maneira unívoca pelos moradores.

Um primeiro aspecto que emerge dos depoimentos diz respeito à relação de forças entre a administração municipal e a empresa, sobre a qual as percepções divergem. Marta Rezende, médica que chegou a Ouro Branco em meados dos anos 1980 e foi uma das responsáveis pela implantação do sistema de saúde no município, guarda impressão distinta. Sua vivência é posterior ao auge das desapropriações e diz respeito, sobretudo, à relação já consolidada entre a empresa e a administração local. Ela recorda que os administradores do município não eram respeitados pelos representantes da usina: "eu não sentia, de quem eu conversava, que havia um respeito pela pessoa ou pela representatividade política deles. Então era assim 'nós estamos aqui, nós vamos mandar, nós vamos fazer'" (Rezende, 2019). Já para o senhor Antônio Estêvão, o prefeito Sílvio Mapa teria conseguido fazer valer seus interesses e sua liderança diante da empresa:

> em uma dessas reuniões que a gente teve ele falou que não tinha diploma nenhum, estudo nenhum mas que colocava a *engenhariada* tudo no bolso e colocava mesmo, que com a conversa simples dele ele conseguia

> o que ele queria. E o que ele quis ele conseguiu. E isso é ele que nos falava. [Eu] me encontrava muito com ele, entendeu? (Furtado, 2018).

Se, no plano da relação com a empresa, Sílvio Mapa projetava a imagem de um líder forte, sua atuação diante das famílias atingidas é objeto de memórias abertamente contraditórias. Do ponto de vista dos expropriados, a maioria dos entrevistados recordou não ter encontrado amparo no poder público. Ana Maria Ferreira, por exemplo, ressente-se de que não tenha havido nenhuma interferência do poder público municipal que, à época, pudesse auxiliar os moradores na busca por seus direitos. "Não foi ninguém da Prefeitura nem nada não. A coisa ocorreu à revelia mesmo, sabe. Foi uma coisa assim que, é... foi aquele negócio assim, chegou lá e como diz, era mais forte e acabou que a gente saiu, tivemos que sair mesmo" (Ferreira, 2018). Essa memória é compartilhada pelo senhor Sebastião Macedo e pelo senhor Aristides Tavares. Este afirmou:

> Ah, porque o presidente da Açominas na época era o dr. Marciano[10], parece. Aí, eles coligaram, os dois, não é? [O prefeito e dr. Marciano] [...] Ele falava isso mas, [realmente] não estava do lado da população. Se ele estivesse do lado da população ele ia lá, com a gente, negociar. Ele não ia. Sempre chegava lá "o terreno seus não vale isso, não sei o quê." Aquela ladainha de sempre (Tavares, 2018).

O senhor Sebastião Macedo recordou que parte da comunidade de Carreiras teria procurado o administrador municipal no dia da ação expropriatória, mas não o encontrou. Quando lhe perguntamos se algum político teria aparecido no local no dia relatado, ele assim se manifestou: "Político? Eles até escondeu. O Sílvio Mapa, no dia, foram lá atrás dele, ele escondeu, sabe?" (Macedo, 2019).

10 O entrevistado refere-se, muito provavelmente, a Manoel Moacélio de Aguiar Mendes, presidente da Açominas em 1976 (Ainda [...], 1976, p. 4).

Por outro lado, para dona Helena, Sílvio Mapa esteve do lado das famílias expropriadas:

> Ele ficou mais pro lado da população. Porque ele ajudava muito os pobres. Aliás, nem só os pobres, as pessoas que procuravam ele. Ele era aquele prefeito que você não precisava de marcar hora com ele na prefeitura, igual agora a gente tem que marcar, não é? Na rua mesmo ele resolvia o problema da gente. Às vezes o meu esposo encontrava com ele na rua e já falava: "Joaquim como é que foi seu negócio lá, conseguiu e tal, tá tudo bem? Tá tudo bem, Sílvio Mapa!" E ele não contava mas, às vezes, ele falava por alto que não queria que fosse usina pra Ouro Branco, porque ele queria conservar Ouro Branco como se fosse uma cidade turística, terra da batata, porque ele também tinha muita terra de batata. Eu nem sei se ele era de lá mas eu sei que ele tinha muito (Caldeira, 2018).

Essas versões, aparentemente inconciliáveis, podem encontrar um ponto de convergência no relato do senhor Ronaldo Monteiro. Trabalhando a serviço da Açominas na remoção das famílias, ele presenciou uma cena que possivelmente explica a forma como o prefeito conciliava a imagem pública de defensor do povo com a viabilização concreta das desapropriações:

> A primeira vez que eu o vi o prefeito Sílvio Mapa foi num despejo. Ele chegou e falando grosso: "Que aqui ninguém faz isso, que na cidade é eu que mando, que eu que mando fechar as ruas." Depois virou pro advogado da CDI e falou assim ó: "Você me dá cinco minutos pra eu sair daqui e pode desmanchar essa merda toda aí." Foi quando eu perguntei pro advogado: "quem que é esse cara?" Ela falou: "Esse é o prefeito, é o prefeito de Ouro Branco, Sílvio Mapa". E o pessoal aplaudindo, que ele ia buscar ajuda, não sei o quê. Saiu fora e não deu dois minutos, o advogado já mandou as casas que estavam vazias, já mandou derrubar tudo e a polícia já foi tirando todo mundo, as famílias todas (Monteiro, 2018).

As lembranças divergentes sobre o então prefeito Sílvio Mapa, longe de se anularem, parecem iluminar a ambiguidade de sua posição. Uma hipótese interpretativa que as entrevistas sugerem é a de que ele tenha atuado como mediador entre os interesses do Estado e da empresa, de um lado, e a população local, de outro, cultivando uma imagem de proximidade e proteção ao mesmo tempo em que as desapropriações seguiam seu curso. Trata-se, contudo, de uma leitura construída a partir do conjunto de depoimentos a que a pesquisa teve acesso, marcados pela seletividade própria da memória e colhidos décadas após os acontecimentos. O que os relatos permitem afirmar com maior segurança é que a atuação do poder público municipal não foi percebida de maneira homogênea pelos moradores: para uns, ausência e conivência; para outros, amparo e proteção. Essa multiplicidade de memórias constitui, ela própria, um dado relevante, a indicar que a experiência da desapropriação foi vivida (e rememorada) de formas distintas pelos sujeitos envolvidos.

OS EFEITOS DA DESTERRITORIALIZAÇÃO

O conceito de desterritorialização é aqui empregado no sentido que lhe atribuem os estudos sobre deslocamentos compulsórios provocados por grandes projetos (Zhouri; Oliveira, 2005), ou seja, a perda, pelos grupos atingidos, do controle sobre seu território enquanto espaço de vida, dimensão que articula, de modo indissociável, as bases materiais da existência e os vínculos simbólicos, identitários e afetivos estabelecidos com o espaço.

Como se pôde notar, a percepção da comunidade diretamente atingida pelas desapropriações foi muito diferente da dos agentes que executaram as desapropriações. Sobre o pagamento das indenizações, o senhor Aristides reclamou: “na época eles queriam dar um dinheiro que nem... não compensava, era muito pouco”

(Tavares, 2018). Em entrevista concedida a Doralice Pereira (1992, p. 169), um cidadão ourobranquense relatou: "[...] eu mesmo tinha um terreno que foi desapropriado. O dinheiro que eles deram não dá para comprar meio lote". O relato do senhor Sebastião vai nesse mesmo sentido: "Um terreno nosso, por exemplo, foi vendido por 15 cruzeiros o alqueire e valia 100, já. Mas como era estatal eles tomou e pagou do jeito que quis" (Macedo, 2019). Ele se recordou de que foi ressarcido pelas suas terras em pouco mais de um ano, mas não conseguiu adquirir outro terreno na região: "não achava nada pra comprar aqui, ninguém vendia". Além do valor, a demora de mais de doze meses para o pagamento da indenização foi apontada em alguns relatos como mais um aspecto que prejudicava os agricultores, já que o país vivia um ciclo inflacionário bastante alto.

Conforme dados do Anuário Estatístico de Minas Gerais (*apud* Pereira, 1992, p. 68), apenas três anos após o início das desapropriações, a população ourobranquense que trabalhava na agricultura já caíra pela metade em relação à década anterior. E isso ocorreu em um contexto no qual a população da cidade dobrou. Tais dados mostram as dificuldades de reinserção dos desapropriados por meio da compra de novas terras na mesma cidade, agora muito mais raras e caras. Em compensação, a população que se dedicava às atividades industriais foi multiplicada em mais de 26 vezes entre os anos 1970 e 1980.

O senhor Sebastião Macedo, um agricultor forçosamente transformado em operário de empreiteira, assim resumiu a experiência da comunidade em relação à empresa:

> A Açominas aqui foi assim: o pessoal do lugar mesmo, a maioria ficou pobre. Ficou embarrancado, com qualquer dinheirinho, pôs na Caixa, a Caixa mudou o dinheiro [...] Então, o dinheiro aplicado, ele não rende muito não (Macedo, 2019).

Em seu depoimento, a senhora Ana Maria Ferreira (2018) lamentou que a família tivesse pouco conhecimento para lidar com finanças e não tenha recebido orientação para negociar o valor pago pela sua propriedade. Ela lembrou: "Hoje em dia a gente vê que fez um péssimo negócio, né? Porque imagina você vendendo 12 lotes com o preço de hoje, né. Era um dinheiro bom mesmo. Mas o quê? As pessoas não conheciam, não sabiam dos direitos".

Existiram também consequências de outra ordem para os afetados, que dizem respeito à inadaptação aos novos arranjos (espaciais e sociais) promovidos pela empresa, às dificuldades que lhes são inerentes e que se traduziram no adoecimento de uma parcela dessa população.

Os entrevistados que foram desapropriados apontaram que, em sua comunidade, ocorreu uma série de adoecimentos em função da mudança drástica nas relações das pessoas com o território, com o seu trabalho, do rompimento dos vínculos e do sentimento de perda. Enfim, de toda a transformação promovida pela desterritorialização dos grupos.

Sobre o bairro Barro Preto nesse período, dona Helena recordou: "tinha gente chorando, gente adoecendo e o que se ouvia eram assuntos destes: 'Ah fulano tá ficando até doente, parece que vai ficar doido'" (Caldeira, 2018). O senhor Sebastião mencionou, durante a entrevista, que conheceu diversos casos de enfermidades relacionadas ao sofrimento psíquico, como suicídio ("teve outro que suicidou, lá pro lado do Gagé") e depressão ("gente que morreu de paixão" ou que "ficou apaixonada assim muito tempo, doente") (Macedo, 2019). Ele relatou com maiores detalhes uma dessas histórias:

> Ih, teve muita gente que endoidou, ficou, assim, desorientado. Igual, eu tinha um primo que tinha terreno demais, ele devia ter mais ou menos uns 300 alqueires de terra. Ele, todo dia quatro horas da manhã, levantava, saía de jipe, ia plantar batata. Só colhia batatão. Porque ele sabia

> plantar, não é, plantava bem plantado, punha bastante de adubo, colhia muito. Tomaram o terreno dele. [Depois disso] Ele ficou só sentado, assim, todo dia, na porta. E fumando... [...] (Macedo, 2019).

A médica Marta Rezende recordou algo que lhe chamou a atenção quando chegou à cidade. Havia, entre a população, dois tipos principais de adoecimentos. Um deles estava relacionado à falta de saneamento básico e ao atraso nos diagnósticos. A segunda causa de doenças estava ligada à saúde mental da população, que se traduzia em sintomas relacionados à depressão. Ela recordou:

> E o outro tipo de adoecimento eram dos incômodos mesmos de depressão. De dor, de não querer sair de casa, de não querer se relacionar com as pessoas. Senhoras, que tinham sido senhoras que do que se poderia chamar de sociedade de Ouro Branco, agora só dentro de casa, sem querer sair de casa, só chorando. E muita gente que só sabia cuidar da horta, criar galinha e que de repente teve que morar numa casa pequenina, num quintal pequenino, que mal dava pra ter um galinheiro, então as pessoas...os relatos eram de dor. Tanto da depressão, de ficar deprimido, de ficar chorando, quanto da dor, assim, dor, não é, dor mesmo (Rezende, 2019).

As queixas dos pacientes da doutora Marta estão muito vivas e, com frequência, a levam às lágrimas, como no caso a seguir:

> Antes da Saúde da Família, eu já visitava as casas. Eu lembro de uma senhora que eu cheguei pra visitar e perguntei pra ela o que ela sentia e ela me falou que sentia dor... "O que que dói?". Ela falou assim: "Dói a carne... dói a carne". Que ela fazia assim... [passa as mãos em torno dos braços]. Ela sentia dor. Eu perguntei: "o que a senhora faz?". "Faço nada não, minha filha. Eu não faço nada não". "O que a senhora fazia?" "Eu criava galinha, criava porco, cuidava da minha horta. Mas, vem aqui pra senhora ver". [...] Aí me levava numa porta [...] era um galinheiro pequenininho. "Faço nada não... eu não tenho... tenho nada pra fazer. De manhã eu cuido das galinhas e depois não tenho nada pra fazer" [...] (Rezende, 2019).

O relato da doutora Marta permite vislumbrar uma dimensão pouco explorada dos processos de deslocamento compulsório: a inscrição da perda no próprio corpo dos atingidos. A dor difusa ("dói a carne") de quem perdeu, junto com a terra, o trabalho que estruturava seus dias e conferia sentido à existência sugere que a desterritorialização não se esgota na perda material nem na ruptura dos vínculos comunitários. Ela se converte em sofrimento físico, numa memória somatizada que os corpos seguem narrando mesmo quando faltam as palavras. Trata-se de um padrão recorrente entre populações atingidas por grandes projetos de desenvolvimento no Brasil, cujos danos, como se vê, ultrapassam largamente a esfera patrimonial contemplada pelas indenizações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a crise econômica que se abateu sobre o país a partir do final da década de 1970, o projeto da Açominas foi finalizado com atraso. Apenas sua primeira etapa foi entregue no ano de 1985 e inaugurada no ano seguinte. Assim, a cidade nunca atingiu o tamanho planejado e muitas terras desapropriadas ficaram sem qualquer utilização.[11] Em 1993, oito anos após a entrega da primeira etapa, a usina siderúrgica foi privatizada junto com os terrenos, que hoje pertencem ao grupo Gerdau.[12]

Causou, e ainda causa, mágoa e ressentimento à população observar que houve superdimensionamento das terras desapropriadas. O senhor Paulo Antunes contou que um tio possuía terreno que está "há 37 anos abandonado" (Antunes, 2018). Geraldo Peixoto

11 Segundo estimativa do IBGE (2022), a população do município está próxima de 40 mil habitantes.

12 Atualmente (2026), a usina Ouro Branco continua nas mãos do grupo Gerdau. Responde por aproximadamente 12% do aço produzido no país e trabalham em sua planta diariamente cerca de dez mil pessoas (Bruno, 2026).

(2019), 61 anos, aposentado, afirmou: "Tanto que tem terra hoje que a Açominas nunca vai usar... eu tenho o exemplo da família da minha esposa. Tem terreno ali, no pé da Serra que era deles lá, foram afetados e até hoje eles reclamam". Relatos com sentimentos semelhantes foram registrados por Pereira (1992, p. 154): "Foi ter tomado os terrenos, a única coisa que a gente chora da AÇOMINAS foi isso. Foi a desapropriação [...] não precisava comprar tanta coisa".

Cabe notar que essas terras ociosas desempenham um papel ativo na permanência das lembranças. Como observou Halbwachs (2004), a memória coletiva apoia-se em quadros espaciais: os grupos inscrevem-se nos lugares e os lugares, por sua vez, sustentam e reavivam as lembranças do grupo. Em Ouro Branco, as áreas desapropriadas e jamais utilizadas, as ruínas das antigas moradias e os terrenos cercados "no pé da Serra" funcionam como lembretes materiais permanentes da expropriação, como uma paisagem que atualiza cotidianamente, aos olhos dos antigos moradores, a perda sofrida e o sentimento de que ela foi, em larga medida, desnecessária.

Todos esses acontecimentos contribuíram para moldar a percepção da população natural de Ouro Branco a respeito da empresa e do núcleo urbano construído. Essa população testemunhou o surgimento, num local que outrora correspondia às suas terras, de uma cidade que não lhes pertencia e com a qual não se identificavam. Esses aspectos, aliados ao planejamento urbano excludente, contribuíram para as percepções posteriores de que havia, conforme Vianna (2018), duas cidades segregadas espacialmente: uma formada pelos antigos moradores e outra por aqueles que chegaram para trabalhar na empresa.

Pode-se dizer que as trajetórias dos trabalhadores desapropriados pela Açominas, em Ouro Branco, constituem um capítulo esquecido na história de progresso e modernização representados pela empresa na região. Vítimas da violência do Estado que se apropriou do espaço para a construção da usina siderúrgica e do

núcleo industrial, comunidades inteiras foram arrancadas de suas terras, destituídas dos meios necessários para a realização do trabalho agrícola e invisibilizadas das narrativas ditas oficiais sobre a cidade e a empresa.

As memórias desse processo, como se procurou demonstrar, não formam um bloco homogêneo: entre os próprios atingidos convivem o ressentimento e o reconhecimento dos empregos trazidos pela usina, a denúncia da espoliação e o sentimento de estar "dividido". Tal ambivalência não atenua a violência sofrida, mas atesta a profundidade com que o empreendimento reorganizou vidas, vínculos e identidades. Essa história silenciada, contudo, segue viva na memória coletiva dos atingidos. Esses grupos, que não puderam fazer frente à violência material e simbólica imposta pelo poder econômico, resistem. Sobrevive a lembrança.

REFERÊNCIAS

AÇOMINAS. **A cidade / a usina.** Belo Horizonte: Assessoria de Comunicação Social, 1985.

AÇOMINAS é meta prioritária. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 7, 22 out. 1975. Acervo on-line. Acesso em: 10 maio 2020.

AINDA a Açominas. **O Processo**, Conselheiro Lafaiete, ano 4, n. 58, p. 4, 1-15 mar. 1976. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em: 20 jul. 2026.

AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 145-155, abr. 1997.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). **Encaminhamento nº 003/115/ABH/SNI/79**: nomes e qualificação dos prefeitos da área de jurisdição da ABH. Brasília, 9 ago. 1979.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Agência de Belo Horizonte (ABH). **Encaminhamento nº 006/15/ABH/SNI**: relações nominais de prefeitos eleitos em 15 nov. 1982 em Minas Gerais. Belo Horizonte, 1 mar. 1983.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Agência de Belo Horizonte (ABH). **Estrutura partidária e política nacional**. Minas Gerais, 6 out. 1989.

BRUNO, Vitor. 12% do aço do Brasil sai daqui, a 100 km de BH: a cidade colonial que virou sede da maior usina siderúrgica do mundo e ainda guarda a Casa de Tiradentes. **Estado de Minas,** Belo Horizonte, 17 abr. 2026. Cidades. Disponível em: https://www.em.com.br/emfoco/2026/04/17/12-do-aco-do-brasil-sai-daqui-a-100-km-de-bh-a-cidade-colonial-que-virou-sede-da-maior-usina-siderurgica-do-mundo-e-ainda-guarda-a-casa-de-tiradentes/. Acesso em: 15 jul. 2026.

CDI desapropria área da Açominas. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 27, 25 fev. 1976. Acervo on-line. Acesso em: 10 maio 2020.

CHRYSOSTOMO, Maria Izabel de Jesus. Um projeto de cidade-indústria no Brasil moderno: o caso de Ipatinga (1950-1964). **Revista Cronos**, v. 9, n. 1, 30 abr. 2012.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral:** memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FERNANDES, Camila Martins da Luz. **A produção do espaço urbano em uma cidade-empresa**: o caso do município de Ouro Branco. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

FIAT 147 L: um carro sem supérfluos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 28, 22 dez. 1976.

FONSECA, Venilson Luciano Benigno. **Neoliberalismo e privatizações**: os impactos socioespaciais da privatização da Açominas no município de Ouro Branco, a partir de informantes-chave. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001. Disponível em: http://www.geocities.ws/madsonpardo/ven/index2.html. Acesso em: 28 maio 2020.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Desenvolvimento Urbano de Ouro Branco.** Belo Horizonte: FJP, 1978. 3 v.

GERMANI, Guiomar I. **Expropriados. Terra e água:** o conflito de Itaipu. Salvador: EDUFBA; Canoas: ULBRA, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004.

IBGE. **Censo demográfico 1970**: Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. v. 1, t. 14, pt. 2. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br. Acesso em: 11 maio 2020.

INICIADAS as desapropriações em Ouro Branco e Lafaiete. **O Processo**, Conselheiro Lafaiete, n. 77, p. 1, 1. quinz. abr. 1977. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em: 10 maio 2020.

JORNAL CORREIO DA CIDADE. **Ouro Branco celebra 300 anos com inauguração da Galeria dos Prefeitos**. Ouro Branco, 2024. Disponível em: https://www.jornalcorreiodacidade.com.br/noticias/35856-ouro-branco-celebra-300-anos-com-inauguracao-da-galeria-dos-prefeitos. Acesso em: 26 maio 2026.

MINAS GERAIS (Estado). **Decreto nº 17.773**, de 20 de fevereiro de 1976. Disponível em: https://www.almg.gov.br. Acesso em: 10 maio 2020.

PEREIRA, Doralice de Barros. **Açominas**: uma paisagem industrial na percepção dos moradores de Ouro Branco. 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1992.

PIQUET, Rosélia. Ouro Branco, uma cidade empresa que se pretende cidade aberta. *In*: PIQUET, Rosélia. **Cidade-empresa:** presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 97-112.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. História Oral: uma relação dialógica. *In:* PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta.** São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 9-25.

SOUZA, Miguel Augusto Gonçalves de. **Açominas:** aspiração de várias gerações de mineiros. Belo Horizonte: AÇOMINAS, 1985.

TIPTOP. **O Processo**, Conselheiro Lafaiete, n. 56, p. 1, 15-30 jan. 1976. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em: 10 maio 2020.

VIANNA, Bruna Hamacek. **Segregação socioespacial nas cidades siderúrgicas**: Ouro Branco/MG. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. *In:* ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (org.). **A insustentável leveza da política ambiental:** desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 49-64.

FONTES ORAIS

ANTUNES, Paulo (pseudônimo) [59 anos]. [jun. 2018]. Entrevistadora: Aline Alves Presot. Ouro Branco, MG, 29 jun. 2018.

CALDEIRA, Helena (pseudônimo) [77 anos]. [set. 2018]. Entrevistadores: Aline Alves Presot e Rodolpho G. C. dos Santos. Conselheiro Lafaiete, MG, 3 set. 2018.

FERREIRA, Ana Maria (pseudônimo) [61 anos]. [out. 2018]. Entrevistadores: Aline Alves Presot e Rodolpho G. C. dos Santos. Conselheiro Lafaiete, MG, 9 out. 2018.

FURTADO, Antônio Estêvão (pseudônimo) [70 anos]. [jun. 2018]. Entrevistadores: Aline Alves Presot e Rodolpho G. C. dos Santos. Ouro Branco, MG, 5 jun. 2018.

MACEDO, Sebastião (pseudônimo) [76 anos]. [out. 2019]. Entrevistadores: Aline Alves Presot e Rodolpho G. C. dos Santos. Ouro Branco, MG, 8 out. 2019.

MONTEIRO, Ronaldo (pseudônimo) [63 anos]. [dez. 2018]. Entrevistadores: Aline Alves Presot e Rodolpho G. C. dos Santos. Ouro Branco, MG, 13 dez. 2018.

PEIXOTO, Geraldo (pseudônimo) [61 anos]. [jul. 2019]. Entrevistadora: Aline Alves Presot. Ouro Branco, MG, 9 jul. 2019.

PEIXOTO, Maria do Carmo (pseudônimo) [65 anos]. [nov. 2018]. Entrevistadores: Aline Alves Presot e Rodolpho G. C. dos Santos. Ouro Branco, MG, 10 nov. 2018.

REZENDE, Marta (pseudônimo) [63 anos]. [ago. 2019]. Entrevistadora: Aline Alves Presot. Ouro Branco, MG, 13 ago. 2019.

TAVARES, Aristides (pseudônimo) [60 anos]. [out. 2018]. Entrevistadora: Aline Alves Presot. Ouro Branco, MG, 5 out. 2018.

Aline Alves Presot

Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É professora da Rede Municipal de Ouro Branco. Atuou como professora visitante do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), campus Ouro Branco entre 2017 e 2019, período em que desenvolveu, em parceria com o professor Rodolpho Santos, o projeto de pesquisa intitulado "Nós e os outros: memória e identidade na construção dos bairros industriais em Ouro Branco-MG (1976-1993)".

E-mail: alinepresot@gmail.com

Rodolpho Gauthier Cardoso dos Santos

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). É professor do IFMG, campus Ouro Branco.

E-mail: rodolpho.santos@ifmg.edu.br